

ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E RECONSTRUÇÃO DO CAMPO PROGRESSISTA NO BRASIL¹

MAURÍCIO MOGILKA²

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

RESUMO:

Este artigo faz uma análise da ascensão da extrema-direita no Brasil e do estado de coisas que se está estruturando com esta ascensão. Levanta as características do governo Bolsonaro nos seus 18 meses iniciais de mandato. Analisa também a fragmentação e a fragilidade do campo progressista, processo que se inicia bem antes da ascensão da extrema-direita. A partir deste contexto, discute as possibilidades de reconstrução do campo progressista dentro de uma perspectiva ético-política-teórica dialógica, basista e humanista, própria ao paradigma da educação popular. O artigo conclui apontando que a reconstrução do campo progressista passa pela modificação das relações campo progressista/população; pela superação da desunião das organizações progressistas; e pelo desenvolvimento de novas atitudes entre os atores políticos do campo progressista.

Palavras-chave: extrema-direita; complexidade; campo progressista; diálogo esquerda-povo

ARISE OF THE EXTREME RIGHT AND RECONSTRUCTION OF THE PROGRESSIST FIELD IN BRASIL

ABSTRACT:

This article analyzes the arise of the extreme-right in Brazil and of the reality that is structuring with this arises. The article shows the characteristics of the Bolsorano government in this 18 months of during. Analyzes also the fragility and fragmentation of the progressist field, process beginner before of the arises of the extreme right. The article makes a discussion of the possibilities of the reconstruction of the progressist field, using the political and ethic ideas of the humanist paradigm oh the popular education. The text concludes showing that the reconstruction of the progressist field depends of the transforming of the relationships between the field and the popular groups; by the overcoming of fragmentation of the progressist organizations; and by development of news attitudes in the political actors of the field.

Key-words: extreme right; complexity; progressist field; dialog between left and popular groups

¹ Artigo publicado no periódico PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 13, n. 4, p. 463-474, jul./dez. 2020.

² Professor Associado de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Educação pela FE/UFBA. Atua na extensão universitária, com assessoria e formação em projetos, organizações e movimentos sociais. Textos: www.repositorio.ufba.br E-mail para contato: mmogilka@ufba.br.

Se você ficar neutro em situações de injustiça, você terá escolhido o lado do opressor.

Desmond Tutu

1. O contexto global de onde ressurgiu a fênix da extrema-direita

Este artigo faz uma análise da ascensão da extrema-direita no Brasil e do estado de coisas que se está estruturando com esta ascensão. Levanta as características do governo Bolsonaro nos seus 18 meses iniciais de mandato. Analisa também a fragmentação e a fragilidade do campo progressista, processo que se inicia bem antes da ascensão da extrema-direita.³ A partir deste contexto, discute as possibilidades de reconstrução do campo progressista dentro de uma perspectiva ético-política-teórica dialógica, basista e humanista, própria ao paradigma da educação popular.⁴

Para compreendermos o primeiro destes processos – a ascensão da extrema-direita – é preciso fazer uma análise mais contextual, mais ampla, que aborde elementos além daqueles mais específicos da realidade brasileira ou mesmo latino-americana. Esta análise precisa incluir pelo menos quatro fenômenos, de alcance praticamente global: o declínio do império americano, a guerra híbrida, o estágio atual do capitalismo com a indústria 4.0 e a crise estrutural do capitalismo que vivemos desde 2008.

Sabemos que os EUA vêm perdendo espaço na hegemonia mundial nos últimos anos, especialmente para China e Rússia. Isto torna seu movimento de conquista de outros países ainda mais feroz. A conquista geopolítica tem se realizado menos por ocupação física ou golpe militar e mais pela chamada *guerra híbrida*. Esta se compõe de duas estratégias principais, articuladas entre si:

A 1ª é dividir o país a conquistar (ou aumentar o domínio) dividindo sua sociedade civil, estimulando movimentos de massa contra o governo instituído. Como exemplo desta estratégia, podemos citar a Primavera Árabe em 2011 (Líbia, Tunísia e Síria) e, anos posteriores, Egito; manifestações para *impeachment* do governo Dilma (2013-2016) no

³ O processo que nos últimos anos criou as condições para a ascensão do governo Bolsonaro foi analisado em artigo recente (Mogilka, 2019).

⁴ Neste artigo se caracteriza como *progressista* todo partido, organização política, grupo ou teoria que assume uma postura crítica e transformadora em relação às estruturas sociais injustas e desiguais, especialmente (mas não somente) as capitalistas.

Brasil; movimento contra o chavismo (2016-2019) na Venezuela. Nesta estratégia tem importante papel a inteligência artificial através de suas ferramentas (redes sociais, *fake news*, apropriação de dados de usuários via provedores de internet).

A 2ª estratégia é o controle de instituições do próprio estado republicano, como setores do judiciário e do parlamento. Estas serão utilizadas para efetivar a derrubada de governos não-alinhados com os EUA através de golpes jurídico-legislativos, como ocorreu com os governos Zelaya em Honduras, Lugo no Paraguai e Dilma no Brasil. No caso brasileiro a guerra híbrida foi realizada para permitir a ascensão de um governo plenamente neoliberal, que possibilitasse a aprovação de reformas conservadoras (trabalhista, previdenciária, tributária).

Estas reformas pretendem fazer a economia capitalismo recuperar suas taxas de lucro perdidas com a crise pós-2008. O governo Dilma, de coalizão, resistia a estas reformas altamente cruéis para a classe trabalhadora e concentradoras de renda. O que não estava nos planos da direita neoliberal era a meteórica ascensão da extrema-direita. Correndo por fora, seu candidato Jair Bolsonaro ocupou um espaço político que não havia sido projetado para ele.

Além deste assédio político mais agressivo nos últimos anos, provocado pela fragilização da hegemonia norte-americana, a América Latina e o Brasil vêm passando por uma forte crise econômica, na verdade mais uma das crises cíclicas do capitalismo. Com as crises cíclicas o capitalismo reduz sua taxa de lucros, conforme já nos mostrou Marx (1985). Como exemplo de algumas destas crises temos a crise de 1873; 1929 (mais forte); 1973 (crise do petróleo – OPEP); 1982 (moratória do México e Argentina); 2008, que é a segunda mais forte e cujos efeitos vivemos até hoje, agravados em 2020 pela pandemia de covid-19 e suas conseqüências na economia global.

O capitalismo tenta superar suas crises promovendo uma super exploração do trabalho e da natureza para recuperar ou até ampliar as antigas taxas de lucro, anteriores à crise (Marx, 1985). Para isto ataca a legislação trabalhista e ambiental, que dificultam esta sobre-exploração. Aqui no Brasil temos visto este processo se intensificar nos governos Temer e Bolsonaro.

Além de estar vivendo esta crise cíclica desde 2008, a economia capitalista está entrando em uma nova fase, altamente informatizada e financeirizada, que tem sido chamada de Indústria 4.0. Esse modelo tem produzido no Brasil e em outros países taxas de

desemprego crescentes (em 2020 esta taxa é de 13%, antes da pandemia de covid-19). As medidas dos governos Temer e Bolsonaro, de aumento do encarceramento em massa e do extermínio de pobres e negros, visam conter esse contingente de pessoas sem renda. No segundo semestre de 2018, 47% da PEA ocupada estava na economia informal, segundo dados do IBGE.

Esta indústria 4.0 ou 4ª Revolução Industrial conseguiu informatizar a produção, a distribuição e até o consumo de muitos produtos. Assim se elimina o produto físico, intermediário entre o produtor e o consumidor. E a produção do produto físico gera muito mais trabalho e frequentemente, empregos, do que o produto virtual.

Um exemplo disto é a música. Há 20 anos atrás o consumidor precisava comprar um objeto físico, o CD, para ter acesso à música. Hoje, com os aplicativos de música como o spotify ou sites como o youtube, tem acesso a música virtualmente, através de um computador ou smartphone (que já estão comprados). Até o consumo é, por assim dizer, virtual. Este é um exemplo de como a indústria 4.0 tem aumentado desemprego.

Contudo poderia se argumentar que em compensação ela está criando outros empregos através da economia de aplicativos, que estão gerando um verdadeiro proletariado digital (por exemplo, Uber e Ifood). No início de 2019, por exemplo, a Uber já gerava um milhão de postos de trabalho no Brasil, sendo a empresa recorde neste item. Contudo, estas empresas de aplicativos não geram empregos, apenas postos de trabalho, sem os direitos trabalhistas e previdenciários. Os trabalhadores se tornaram prestadores de serviços, dentro de uma lógica neoliberal profundamente injusta de precarização das condições de trabalho. Este processo atinge os trabalhadores mais pobres, e ainda mais duramente os negros.

Outro processo que tem sido usado para compensar a perda de empregos, mas com grande precariedade, é o estímulo ao microcrédito e ao empreendedorismo, que tem levado a população a iniciar pequenos negócios, atividades, micro-negócios para sobreviver. É mais uma forma de fomentar a economia entre os mais pobres, diante da escassez de trabalho e principalmente, empregos, nesta nova fase do capitalismo. Mas ela promove sobrevivência e não qualidade de vida, pela precariedade de renda e condições nestes empreendimentos.

Estas não são soluções, mas arremedos cruéis com os mais pobres e negros. Trata-se de uma verdadeira informalidade da informalidade, ou, colocando de outra forma, a formalização da informalidade. A solução é distribuição de renda, pois não faltam riquezas

nas sociedades, inclusive a brasileira. Mas esta renda está hiperconcentrada em poucas famílias e grandes grupos empresariais ou financeiros. Relatório da ONG OXFAM, de 2018, mostra que as oito famílias mais ricas do planeta detêm metade da renda mundial (OXFAM, 2018).

Uma das formas de se fazer a distribuição de renda no Brasil, por exemplo, é regulamentar o artigo 153, inciso VII, da constituição federal de 1988, que prescreve a criação do imposto sobre grandes fortunas (IGF). O Brasil é um dos países do mundo cujo modelo tributário é mais centrado no consumo do que na renda: isto favorece os mais ricos. É o sexto país que menos cobra tributos sobre a renda, o lucro e o ganho de capital. Isto produz esta inversão perversa: os pobres pagam mais tributos, proporcionalmente, do que os ricos.

Ainda analisando a indústria 4.0, podemos pensar que a tendência à tecnologia-informática da produção capitalista chegará a um limite, um ponto máximo de expansão. Ao chegar ao seu apogeu, esta curva ascendente começará lentamente a cair e entraremos em um novo ciclo. Contudo, este ponto limite ainda não chegou. Além disto ainda não sabemos como será este novo ciclo produtivo e como ele afetará a classe trabalhadora.

Se as forças progressistas não assumirem o controle da sociedade junto com o povo e subordinarem a economia à cidadania, milhões de brasileiros ainda vão migrar da zona do viver para a zona do sobreviver, devido à crescente escassez do trabalho. Este fenômeno atinge primeiro e mais cruelmente os pobres, os negros, as mulheres e os indígenas.

Assim, este quadro criado pela indústria 4.0 é desagregador da necessidade do trabalho humano, pois permite que o capital produza mais com menos trabalhadores. Isto nos mostra a necessidade, nos próximos anos, de melhorar a informação, a organização coletiva e a mobilização da população e da sociedade civil, com vista a garantir:

1) A eleição de governos e legislativos progressistas, alinhados com os interesses populares;

2) Mudanças no atual modelo econômico do Brasil, de forma a incorporar as inovações tecnológicas, mas subordinadas às necessidades dos mais pobres e não aos interesses dos mais ricos;

3) Planejamento familiar, pois altas taxas de natalidade nos países do terceiro mundo atingem sempre os mais pobres e com baixa escolaridade. Este fenômeno alimenta o exército industrial da reserva, baixando o valor da força de trabalho pela quantidade de trabalhadores disponíveis. Esta é uma das causas da perpetuação do ciclo da miséria.

Antes de finalizar esta seção é importante desenvolver ainda uma análise sobre o neoliberalismo. Em 2010, em debate com lideranças políticas, entramos em contato com a idéia segundo a qual o neoliberalismo estaria morto, pois as iniciativas da maioria dos governos para enfrentar a forte crise econômica iniciada em 2008 fortaleceu o estado e as políticas públicas. Isto foi feito, como também em outras crises do capitalismo, para socorrer empresas, bancos falidos e parte da sociedade civil. Na época nos colocamos em dúvida com relação a este julgamento, por achá-lo precipitado e pela grande capacidade do neoliberalismo se reinventar e adaptar. Infelizmente nossa análise estava correta. Poucos anos depois a agenda neoliberal foi radicalizada, em um processo que ainda estamos vivendo.

Agora em 2020 entramos novamente em contato com esta idéia. O neoliberalismo estaria morto (de novo) pois as principais iniciativas para combater os efeitos da crise sanitária de covid-19 e seus efeitos na economia e no emprego foram tomadas pelos estados nacionais e pelos organismos internacionais como OMS e OPAS. Porém aqui também consideramos este julgamento precipitado, pelas mesmas razões. Talvez o que estes retrocessos momentâneos das políticas neoliberais indiquem seja o início de seu esgotamento futuro e a gestação de uma nova fase do capitalismo. Mas ainda parece cedo para uma confirmação.

2. Características e contradições do governo Bolsonaro

Dentro deste quadro global que favoreceu sua ascensão, o governo Bolsonaro assumiu em janeiro de 2019. Suas linhas de atuação confirmaram o que já era esperado e que já vínhamos prevendo desde 2018. Entre elas, a realização ou a tentativa de realização de pautas fascistas, como a escolas sem partido, a flexibilização do estatuto do desarmamento, a inclusão de militantes de movimentos sociais na lei antiterrorismo, a legalização da violência policial, o ataque à autonomia universitária.

Com relação ao estado, a tentativa de sua redução para agradar aos setores neoliberais. Privatizações, redução de políticas públicas como o Bolsa Família, ataque à estabilidade dos servidores públicos, redução de serviços públicos. Contudo, a equipe econômica do governo opera muito mal a agenda neoliberal. Na área econômica e ambiental, alinhamento com o agronegócio, facilitando licenças ambientais e revisão de reservas indígenas; um imenso aumento no desmatamento da Amazônia e a transferência da reforma agrária para o Ministério da Agricultura. Na política externa, o alinhamento com governos de

extrema direita, como EUA, Chile, Israel, Itália e Hungria; enfraquecimento do Mercosul e saída do Acordo de Paris.

A equipe de governo demonstra falta de coesão e harmonia. Seus integrantes se atacam. Não há projeto de governo, mas um conjunto de ações para agradar grupos conservadores e o mercado. O governo tenta fazer as reformas por decreto, o que tem efeito limitado (por exemplo, periodicidade no estatuto do desarmamento). O governo tenta manter a imagem de “nova” política que não pratica o fisiologismo. Isto o colocou em choque com o centrão, até que capitulou e assumiu esta aliança para governar.

O governo Bolsonaro resulta do equilíbrio tenso entre quatro forças: neoliberais, evangélicos, fascistas ideológicos (olavistas) e militares. A militarização do governo é extensa, com grande quantidade de militares nos 1º, 2º e 3º escalões. Isto ocorre para tentar impedir a sua queda: “para impedir a usurpação do poder”, nas palavras do próprio Bolsonaro. Aliás, a militarização do estado e da sociedade civil é uma das características do poder fascista.

Este tipo de poder vive em constante conflito e se alimenta dele. Isto serve como cortina de fumaça para nublar suas dificuldades de governar e sua falta de projeto de país. Enfrentamentos com o congresso e o STF têm este intento, e têm fortalecido o congresso e produzido um parlamentarismo branco, diminuindo a força do poder executivo.

Assim, a falta de projeto para o país, inclusive a falta até de um projeto de gestão para quatro anos de mandato, explica porque o bolsonarismo se envolve em conflito após conflito: com o judiciário, congresso, OAB, campo progressista, China... estes conflitos dão a falsa impressão a seus simpatizantes que o governo não governa porque estas forças não permitem. Além disto esta seqüência de conflitos satisfazem a necessidade psico-política da extrema-direita: a presença da guerra constante, a criação interminável de inimigos, capazes de alimentar subjetividades reprimidas e infelizes.⁵

A direita fascista também tem uma relação ambígua com a direita neoliberal. Estas duas vertentes da direita se alinham em algumas pautas, como privatizações e reformas conservadoras, como a da previdência, trabalhista e administrativa; mas se opõem em outras,

⁵ Uma excelente análise das raízes psicológicas ou psico-políticas do fascismo como fenômeno social é a obra do psicólogo Wilhelm Reich. Ele mostra como pessoas reprimidas em alguns casos se tornam fascistas. Dois livros em especial mostram este fenômeno: *Psicologia de massas do fascismo* e *Escuta, Zé ninguém!* Outro autor que faz excelente análise desta questão é Theodor Adorno, a partir de outra linha teórica, a teoria crítica; pode-se consultar, por exemplo, o livro *Estudos sobre a personalidade autoritária*.

como a escola sem partido, os ataques aos direitos das mulheres e da comunidade LGBT. Além disto parte da economia neoliberal se aliou ao governo e parte não, especialmente setores do empresariado mais ligados à burguesia política, que quer voltar à presidência, posto perdido desde o fim do governo Fernando Henrique Cardoso.

Desde a ascensão do governo Bolsonaro, parte considerável do campo progressista, e mesmo seu “núcleo duro” (esquerda dirigista), caiu em um estado de baixa atividade, partindo poucas vezes para o enfrentamento com o governo. Esta estratégia de espera, nos parece, foi um equívoco: o enfrentamento deveria começar logo, como vínhamos alertando, devido ao perigo da intensificação da institucionalização do fascismo no estado e na sociedade civil, inclusive na cúpula das forças armadas. Parte do campo progressista nestes 18 primeiros meses de governo Bolsonaro, inclusive antes da pandemia de covid-19, cometeu o equívoco de enfrentar o governo passivamente: aguardar que o governo se desgaste para enfrentá-lo, já enfraquecido, nas eleições de 2022. Contudo esta estratégia é equivocada por três motivos.

O primeiro é que políticas progressistas não podem estar centradas unicamente na dimensão eleitoral, mas em uma estratégia complexa, envolvendo diferentes dimensões além da eleitoral, principalmente um consistente trabalho de base, em todas as esferas da sociedade, especialmente a popular. Sem isso, a própria possibilidade de vitória nas eleições fica comprometida, deixando os partidos progressistas, que são a face partidária do campo progressista, à mercê de alianças conservadoras, pela falta de base de apoio.⁶

O segundo motivo é que o governo Bolsonaro pode se recuperar nos dois anos finais de mandato e chegar forte às eleições de 2022. Não temos certeza que chegará enfraquecido. A realidade é muito mutável e já vimos muitas certezas virarem pó. O mais sábio é termos humildade para trabalhar com tendências e não com certezas, quando não temos dados precisos. O próprio comportamento político do governo durante a pandemia de covid-19 mostra isso: sua postura negacionista da gravidade da pandemia foi habilmente trabalhada para obter aprovação de parte da população, quando as evidências pareciam mostrar o contrário.

O terceiro motivo pelo qual esta estratégia é equivocada é que o governo, com o controle parcial do executivo, e mesmo com os limites impostos pelo parlamento e STF, tem

continuado a tarefa iniciada pelo governo Temer: a sistemática desconstrução do precário sistema de cidadania que viemos construindo desde o fim da ditadura empresarial-militar. Por exemplo, o feminicídio no Brasil, que já era um dos mais altos do mundo, aumentou 30% no primeiro ano do governo Bolsonaro. Assim, quanto mais esperamos “o natural desgaste do governo”, e mesmo que isto aconteça, maior será a perda de direitos. Parte da esquerda dirigista argumenta que estamos esperando porque estamos enfraquecidos e acuados. Mas isto não é toda a explicação: é difícil agir proativamente se não temos projeto para o país, e as antigas fórmulas não funcionam mais.

Para a democracia, especialmente para a democracia participativa que estamos tentando construir, o problema não é apenas o fim do governo Bolsonaro. Existe hoje no Brasil (agosto de 2020) 15% de eleitores fascistas e 15% de conservadores não-fascistas simpatizantes que apóiam o governo Bolsonaro. Estes dois contingentes eleitorais constituem uma verdadeira “reserva política” conservadora, que vem sendo disputada por outras candidaturas, “puxando” estas para uma agenda mais conservadora. É mais um motivo para desenvolvermos um consistente trabalho de base com estes dois grupos de pessoas, especialmente o segundo, que é menos fechado em um perfil ultra-direitista.

3. Uma agenda positiva de lutas, que não desrespeita a complexidade do momento atual

Este artigo, como ficou claro, se propõe a discutir as possibilidades de reconstrução do campo progressista. Aqui se trabalha com a idéia segundo a qual esta reconstrução, bem como o enfrentamento bem sucedido com estas duas vertentes do conservadorismo – a fascista e a neoliberal – precisa se dar em bases em parte diferentes daquelas que habitualmente fundamentam as forças progressistas.

Estes novos fundamentos precisam incluir o basismo político como alternativa ao dirigismo,⁷ a dialogia com o povo, uma ética planetária profunda, generosidade, capacidade de compartilhar poder com o povo e as forças de centro-esquerda e a capacidade de colocar objetivos classistas, humanitários e amplos acima dos programas específicos das organizações

⁶ Qualquer governo, na democracia representativa, precisa de apoios, que chamamos fatores de governabilidade. Estes tem sido no geral: mídia, redes sociais, capital, estruturas políticas já constituídas, igrejas, esquerda, apoio popular. Governos progressistas dependem profundamente dos dois últimos fatores.

⁷ A expressão *basismo*, na área social, tem dois significados diferentes. O basismo político é o trabalhar em relações horizontais com a população; o basismo epistemológico é a desvalorização da teoria no trabalho com comunidades, e a supervalorização da prática e dos saberes tradicionais. Aqui neste artigo utilizo o primeiro significado.

progressistas (partidos, sindicatos, ONG's críticas, movimentos sociais progressistas, entidades estudantis, etc.).

Estas características são importantes para modificar as relações campo progressista/povo, e para unir o campo progressista. A desunião neste grande e heterogêneo campo político é uma das causas do sucesso nas forças neoliberais na América Latina, a partir do início dos anos 1990, e da extrema-direita no Brasil, nos últimos anos.⁸

Estes novos fundamentos precisam também superar o binarismo, tanto nas organizações progressistas como nas subjetividades dos seus atores políticos. Para isto é preciso dar o salto quântico de uma consciência que faz da zona de conforto o seu habitat para uma consciência sensível-reflexiva, em potente e constante diálogo com o real altamente mutável das sociedades contemporâneas.

Isto não deve ser confundido com a habilidade de lidar com o excesso de informação: quanto mais rapidez na informação, mais superficialidade na sua apreensão. Assim se dificultam as importantes conversões da informação em conhecimento e do conhecimento em consciência crítica. Não é por acaso que a economia capitalista criou o smartphone, aparelho que satura a mente humana com uma tempestade de informações, e que já afeta a saúde de quatro bilhões de pessoas no planeta, se constituindo um problema de saúde pública.

Por isto, aqui se defende a necessidade de um enfoque complexo de política e de ação social, como instrumento para compreendermos mais profundamente o momento que vivemos e contribuir para que os movimentos sociais e o campo progressista superem os impasses em que estamos, com um forte avanço das forças neoliberais ultra-direitistas e retrocesso nas pautas de cidadania. A complexidade se mostra, agora mais do que nunca, como um imperativo para a transformação da realidade. Enfrentamentos baseados em cosmovisões simplistas, reducionistas e hierárquicas, herdadas da própria modernidade, mesmo que progressista, tem sido dominados pela eficiente máquina política neoliberal.

Em função destas questões, um dos objetivos deste artigo é estimular a nossa imaginação criadora, para pensarmos os subsídios de um projeto de país para o Brasil. Obviamente o objetivo aqui é pensar este projeto fora dos marcos neoliberais, mas também superando os limites do pensamento da esquerda mais ortodoxa e verticalista, e sua enorme

⁸ Quando as forças progressistas se unem e estabelecem algum diálogo com o povo, aumentam muito suas chances de acesso ao poder. Vimos isto agora no segundo semestre de 2020, mais uma vez, com a ascensão de governos progressistas na Argentina e na Bolívia. Reunindo estes dois importantes fatos políticos com a

dificuldade de dialogar com o povo. Este projeto de país precisa ser viável economicamente, mas superando o modelo neoliberal. Este projeto precisa ser elaborado com o povo e não para o povo.

Os projetos da esquerda mais verticalista tem sido mais reativos ao neoliberalismo ou ao bolsonarismo do que propositivos. Ou então tem sido elaborados a partir de uma rígida leitura da teoria política marxista, e mais freqüentemente, leninista. Tais projetos tem pouca chance de responder aos dilemas atuais de uma América Latina marcada pela agenda excludente das políticas neoliberais, e agora, articuladas com a ascensão da extrema-direita.

Outro elemento fundamental para a reconstrução do campo progressista é fazermos a diferenciação entre democracia representativa e democracia participativa. Esta diferenciação precisa ser feita com a população e também dentro do campo progressista, especialmente junto à esquerda dirigista, pois a democracia participativa – a maior promessa utópica de construção de sociedades justas que temos no momento – é uma esfinge assustadora para aqueles que têm dificuldades de compartilhar poder com o povo e perder o controle dos processos dos quais participam (para uma discussão sobre estas diferentes concepções de democracia, ver Mogilka, 2014).

Além do problema colocado acima há outra questão grave que precisamos explorar. A não-distinção entre democracia representativa e democracia participativa nos discursos, inclusive dos militantes e lideranças progressistas, produz uma ambigüidade que favorece a democracia representativa. O que estamos defendendo quando falamos “democracia” e “democrático” em nossos discursos? A democracia é defendida por quase todos os setores progressistas que não aderem mais ao projeto revolução socialista/partido comunista/socialismo burocrático.

Mas que modelo de democracia? A democracia representativa e a democracia participativa são regimes políticos em parte diferentes, que levam a modelos de sociedade diferentes. A democracia participativa, como começou a ser realizada no Equador (governo Rafael Correa) e Bolívia (Governo Evo Morales) trabalha pela justiça e social e empoderamento popular. A democracia representativa, por outro lado, tem servido para a continuidade dos privilégios das elites, não obstante algumas conquistas cidadãs obtidas pelas lutas sociais nas margens e brechas do sistema.

aprovação por plebiscito popular, de uma assembléia nacional constituinte no Chile e a aprovação do candidato democrata nos EUA, poderíamos talvez já estar vislumbrando o esgotamento da onda de governos fascistas?

Logo, a não-distinção entre estes dois regimes políticos leva os atores políticos progressistas, paradoxalmente, a defender a democracia representativa e portanto um regime que não contempla as necessidades populares. Daí a urgência de fazermos esta distinção nas organizações progressistas e principalmente nos trabalhos de base com a população e nos espaços que conseguimos ocupar na mídia e nas redes sociais.

Assim, dentro do enfoque adotado neste artigo, ligado mais a uma esquerda basista, podemos propor aqui algumas atitudes estratégicas para a reorganização das forças progressistas e para a mudança da relação da militância com a população. Uma delas é que precisamos estar sempre mentalmente três passos à frente do opressor. Uma das armas do opressor é o fator surpresa. Isto precisa ser feito junto com os grupos populares e não somente com dirigentes e militantes. No campo progressista, de uma forma geral, temos tendência a ser mais reativos que proativos.

Uma outra atitude é estudar o opressor: entender sua lógica, suas bases de sustentação, suas fragilidades. Temos tendência a não investigar o que nos é desagradável ou assustador. Neste sentido é preciso evitar a endemonização do opressor, mesmo que seja o fascismo. Isto em geral cria uma imagem maior e mais forte do que o seu tamanho real e nos afasta da realidade. Estudar o opressor nos faz colocá-lo em suas dimensões reais, em um contexto real. Isto nos permite elaborar melhores estratégias de luta. Uma das estratégias do opressor, através do canal ideológico da opressão,⁹ é construir uma imagem de si mais poderoso do que realmente é.

Outra questão fundamental é ter projeto: sua ausência nos mergulha no medo ou pessimismo, o que nos paralisa; isto é bom para o opressor. A já citada dificuldade da esquerda em ser proativa dificulta a elaboração de projetos de luta e de país. Outra atitude importante e paradoxal é evitar centrar a luta na relação com o opressor. Sem percebermos, isto consome nossas energias e entramos no seu jogo, do jeito que ele quer. O fascismo faz isto com muito apuro. Precisamos centrar a luta naquele projeto que queremos e achamos justo. Ou seja, centrar no positivo e não no negativo. A partir daí então construir nossa relação

⁹ Todo poder opressor, bem como todo processo de libertação, se realiza através de três canais: o poder político, o econômico e o simbólico. O poder simbólico atua nas subjetividades e nas estruturas através dos seguintes fenômenos: mídia, educação, cultura e arte, religião, relações sociais cotidianas. Na nossa sociedade estes fenômenos ajudam a reproduzir nas subjetividades a moral capitalista, que se constitui de cinco valores básicos: competição, individualismo, consumismo, alienação política e a moral da esperteza. Sem a reprodução destes valores nas subjetividades o poder simbólico capitalista desmorona, e talvez o próprio capitalismo, pois dificilmente um poder se mantém sustentado apenas pelos canais político e econômico, devido ao alto gasto de energia (político) e de recursos materiais (econômico).

de enfrentamento com o fascismo, que não pode ser apenas uma relação de contrários que nos mergulha no binarismo.

Este é um dos maiores problemas que os movimentos sociais enfrentam. Precisamos construir respostas profundas às perguntas “Somos a favor de quê?”, “Queremos construir o quê junto com o povo?”, mais do que responder à pergunta “Somos contra o quê?” que nos mergulha na reação e não na ação criativa e potente. Esta atitude, baseada na criação e não na repetição de fórmulas, impede também que endemonizemos o opressor, como já apontado.

Importante também nesta agenda é trabalhar com a população e com outros setores da militância no afeto e no acolhimento. Não entrar no discurso do ódio, atuando sem medo e com a energia e a alegria que a justiça social nos fornece. Ridicularizar a figura do presidente ou de seus ministros não ajuda na luta e nos descredibiliza junto a parte da população, como aqueles que não têm argumento. Além disto, auxilia as próprias estratégias do governo, pois uma delas é explorar o perfil caricato de alguns de seus integrantes, desviando assim a atenção de outros aspectos mais importantes.

Para aumentarmos nossa credibilidade também é importante trabalhar com o povo de forma não-prescritiva, dialogar, ouvir, trazer dados e argumentos, não slogans; explicar. Desconstruir o mito Bolsonaro e não atacar e acusar apenas. Fazer autocrítica constante das nossas posições e implementar na prática. É fundamental que qualquer ação ou política do campo progressista estabeleça um radical compromisso com a verdade e com os dados da realidade. Isto significa trabalhar com a verdade e recusar a mentira mesmo quando os dados contradigam nossas crenças ou objetivos, e mesmo quando eles mostrem os méritos de posições políticas diferentes das nossas. Este compromisso radical com a verdade aparece interessantemente em discursos da cultura popular, como o rap:

Clareza na idéia, pureza no coração
Sentimento como guia, honestidade como religião
Sinceramente, é isso irmão ¹⁰

¹⁰ Letra da canção de rap “A cada vento”, de autoria de Leandro Roque de Oliveira, Paulo Andre Romero Pinto e Filipe Rezende Derado.

Este compromisso radical com a verdade é importante em primeiro lugar pelo seu caráter ético: não obter nada a partir de mentiras e falsificações. Mas ele também é importante estrategicamente, pois aumenta nossa credibilidade junto à população. Além disso este compromisso nos ajuda a rever as nossas organizações progressistas: se os dados da realidade mostram contradições da nossa parte, não vamos superá-las e nos desenvolver se ocultarmos e evitarmos estes dados.

O desenvolvimento das atitudes colocadas acima é fundamental para a reconstrução do campo progressista no Brasil, mas este desenvolvimento da subjetividade política precisa ser articulado a mais duas questões: a necessidade de superar a desunião do campo progressista e a modificação nas relações esquerda- povo, passando para posturas mais dialógicas e horizontais. Isto pode gerar as condições para o apoio popular necessário à ascensão de governos e legislativos progressistas.

A esquerda dialógica pratica formas de liderança e coordenação diferentes do dirigismo. A liderança dialógica, de uma forma geral, tem quatro características:

1. Compartilha poder com a base, ao invés de concentrá-lo; não tem medo de democratizar o poder e nem acha que isto seria se esquivar a “cumprir seu papel histórico de conduzir as massas”; aliás, não quer “conduzir as massas”, mas trabalhar processos de libertação com o povo, lado a lado, e não atrás ou à frente dele, de forma vanguardista;

2. É educadora, investe no desenvolvimento das pessoas que estão na base do movimento;

3. Atua como coordenadora do processo coletivo, ajuda o coletivo a encontrar suas forças e aprender a tomar decisões, depois de ter sido historicamente excluído dos processos decisórios;

4. É altamente rotativa; como ajuda a desenvolver a base, mais pessoas vão se tornando aptas ao exercício da coordenação.

Logo, se pretendemos ter no poder governos e legislativos progressistas, realmente comprometidos com as necessidades da população e capazes de enfrentar e acuar o poder burguês, precisamos ter coragem de fazer uma auto-crítica e uma revisão das esquerdas, provocando uma reorientação de posturas mais dirigistas para posturas mais dialógicas. E aí

voltar ao trabalho de base com os grupos populares, gerando potência para propostas realmente progressistas.¹¹

Esta migração de orientações dirigistas para dialógicas envolve aspectos psicopolíticos das organizações de esquerda (partidos, sindicatos) e de seus agentes. É preciso humanizar as esquerdas para enfrentar a desumanização neoliberal.¹² Isto envolve desconstruir as relações hierárquicas dentro dos próprios partidos e organizações de esquerda (estrutura direção/quadros médios/base).

Esta desconstrução envolve também transformações nas subjetividades dos agentes políticos da esquerda dirigista, que desestabilizem o esquema binário dirigente-dirigido não só na dimensão institucional mas também na dimensão subjetiva. Este esquema é uma herança da relação dominador-dominado das sociedades de classe, e nem sempre nos damos conta disso.

Outro fator importante para a superação do contexto que vivemos hoje no país é a necessidade de superar a dificuldade de união entre as esquerdas. A formação de uma ampla frente popular é essencial para a ascensão de forças progressistas. A atomização política beneficia à burguesia. Expressivos setores das esquerdas latino-americanas tem se deixado dominar, há décadas, pelo princípio maquiavélico, tão bem praticado pelas burguesias: dividir para governar. Objetivos eleitorais imediatos, com pouca chance de sucesso, são sobrepostos às coligações com outros partidos de esquerda e às alianças com forças progressistas não-partidárias.

Finalizando, podemos sugerir os quatro eixos que precisam compor uma estratégia de reconstrução do campo progressista e de revitalização das relações esquerda-povo no Brasil diante deste complexo contexto neoliberal-fascista. Estes eixos, realizados simultaneamente, são:

a) Volta do campo progressista a um intenso trabalho de base com toda a sociedade civil, especialmente seus setores populares, de forma horizontal, dialógica e basista;

¹¹ O trabalho de base com a população, como estratégia e critério de legitimidade para a construção de democracias participativas, não significa abandonar o trabalho “pelo alto”, nas esferas e alianças institucionais. Contudo estas alianças não tem força e nem legitimidade se não forem potencializadas e orientadas por decisões tomadas na base, junto com a população.

¹² Humanização é entendida a partir de duas características: 1. O desenvolvimento do ser humano em todas as suas capacidades, dimensões e possibilidades, desde que não levem ao sofrimento ou opressão de si mesmo, de outros seres humanos ou outras formas de vida; 2. A obtenção do contexto social e cultural que permite o exercício pleno do ser humano em seus direitos e necessidades básicas, como moradia, saúde, trabalho digno, educação, cultura, direito à diferença.

b) Um consistente trabalho de militância digital, articulado à militância presencial, usando as redes sociais e outras ferramentas. Aqui cabem as sugestões anteriormente colocadas neste artigo, tornando a comunicação mais dialógica e não-prescritiva com o povo, e não-ofensiva com os integrantes da extrema-direita. Além disso, além disto precisamos lembrar que não estamos falando com a militância organizada, já consciente das pautas progressistas, mas com sujeitos populares e da classe média, que na sua maioria pensam diferente de nós. Com respeito à parcela destes sujeitos que está dogmaticamente fechada às causas progressistas, insistir no enfrentamento verbal tende a manter ou aumentar o dogmatismo. Neste caso o mais promissor é tentar suscitar, com inteligência e sensibilidade, a dúvida. E sempre trabalhar com fatos e dados e não chavões.

c) A nível eleitoral apostar em grandes frentes populares e não candidaturas partidárias; isto exige que se supere a estreita lógica partidária e se passe a uma postura frentista, suprapartidária; que se assuma uma atitude generosa, humanista-crítica, onde o foco seja o ser humano, o povo, e não mais “o meu partido”, a “minha organização”;

d) Voltar a investir em grandes mobilizações, protestos de rua e ocupações, tão logo termine a pandemia; para obter apoio popular e de grupos políticos não-partidários e não-sindicais para estes protestos é necessário rever a forma como a maioria dos protestos tem sido organizados pela esquerda dirigista e torná-los mais plurais e mais interessantes, acolhendo melhor as diferentes pautas específicas e articulando-as com a pauta mais abrangente das questões de classe.

Referencias

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 2005.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Difel, 1985.

MOGILKA, Maurício. Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v. 12, n. 2, p. 75-87, jul./dez. 2019 (www.repositorio.ufba.br).

MOGILKA, Maurício. Repensar a democracia. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v.7 n. 1, p. 61-81, jan.-jun. 2014 (www.repositorio.ufba.br).

MOGILKA, Maurício. A educação popular e as teorias da libertação: propostas complexas de transformação da realidade. *Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*. Palmas, v.2 n. 1, p. 19-30, dez. 2015 (www.repositorio.ufba.br).

MOGILKA, Maurício. A educação popular e algumas problemáticas das práticas de transformação social. *Revista Educação e emancipação*. São Luís, v.8 n. 2, p. 105-121, dez. 2015 (www.repositorio.ufba.br).

OXFAM. Relatório *Uma economia humana para os 99%*. 2018.

RICHARD, Pablo. *Força ética e espiritual da teologia da libertação no contexto atual da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2006.